

UM ANO DE LUTAS E PELO **CRESS-MG QUE QUEREMOS**



RESISTIR E AVANÇAR SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A CATEGORIA NA ATUAL CONJUNTURA

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA GARANTIA DE DIREITOS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

COFI RESPONDE AS PRINCIPAIS PERGUNTAS SOBRE MULTA POR DESCUMPRIR A LEI 8.662/93

REALIZAÇÃO:



RESISTIR E AVANÇAR SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A CATEGORIA NA ATUAL CONJUNTURA

A construção de uma nova ordem societária sempre foi permeada por desafios que têm se renovado ao longo do tempo. Na atual conjuntura, de crise do capital e de recrudescimento do conservadorismo, eles já não são os mesmos de quando esse debate foi iniciado no Serviço Social, nos anos 1970, tendo como marco, também, a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, comenta o assistente social, doutor em Serviço Social (UFRJ) e professor adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Rodrigo de Souza Filho.

“Naquele momento, estávamos frente a dois desafios centrais. Por um lado, tínhamos que enfrentar a ditadura civil-militar que, apesar de se encontrar em declínio, ainda era o regime político vigente no país. Por outro lado, estávamos buscando fundar novas bases para a profissão, visando romper com o conservadorismo de nossa história profissional e de nossa intervenção prático-política”, explica.

As lutas pela democratização da sociedade e por novos marcos da formação e da intervenção profissional, a partir de uma base crítica e consistente respaldada em Marx e na tradição marxista, delineavam a ação imediata dos setores progressistas da profissão que possuíam como horizonte estratégico, a construção de uma ordem societária fundada na liberdade, sem exploração, dominação e opressão.

Nessa época, pontua Rodrigo, apesar da ditadura e da crise econômica vivida no Brasil, derivada das transformações que estavam ocorrendo na dinâmica de acumulação do capital (financeirização, reestruturação produtiva e ordenamento neoliberal), do ponto de vista político, se vivia um momento de efervescência de lutas sociais de caráter progressista que contaminavam as diversas áreas da sociedade. Para o professor, esse contexto fortalecia, também, a luta no interior da profissão e nos espaços de intervenção profissional por um projeto crítico para o Serviço Social.

Em termos gerais, as décadas de 1980 e 1990 foram de construção e consolidação do que se convencionou chamar de Projeto Ético-Político do Serviço Social, baseado na tradição marxista, com orientação prático-política voltada, no plano imediato, para a democratização da sociedade e, do ponto de vista estratégico, visando à articulação com projetos de sociedade comprometidos com um ordenamento social livre da exploração, dominação e opressão.

“Se até o final dos anos de 1990 parecíamos ter uma hegemonia incontestada desse projeto na profissão, a partir dos anos 2000 e, principalmente, a partir de 2010, o cenário vem se alterando consideravelmente. O contexto mundial e nacional, no bojo da reafirmação da crise do capital manifestada em 2008 e 2011, vem produzindo uma onda de conservadorismo significativa”, observa o professor.

O momento atual exige das e dos profissionais uma luta que resista aos ataques do conservadorismo e proponha ações concretas de reforço e avanço de um projeto crítico que venha a fortalecer também os setores democráticos e que tenham como compromisso fundamental a garantia do atendimento dos interesses e necessidades das classes subalternas.



Segundo Rodrigo, o momento atual exige das e dos assistentes sociais que, ao mesmo tempo que resistam aos ataques do conservadorismo, proponham ações concretas de reforço e avanço de um projeto crítico que venha fortalecer também os setores democráticos e que tenham como compromisso fundamental a garantia do atendimento dos interesses e necessidades das classes subalternas. “Se no momento da construção do nosso projeto contávamos com uma conjuntura política e social favorável, hoje, isso não acontece. Assim, a necessidade de resistir e avançar são as principais diferenças entre os dois momentos sinalizados e se configuram em nosso principal desafio”, afirma.

Conservadorismo na categoria

As decisões políticas oriundas das ideias conservadoras afetam a categoria de assistentes sociais em duas pontas de um mesmo processo, avalia Rodrigo. De um lado, as decisões políticas de ordem econômica, baseadas na radicalização do ajuste fiscal têm deteriorado de forma substantiva as condições de vida das classes subalternas, o que aumenta a demanda ao Estado por proteção social. Em contrapartida, essas mesmas medidas são as bases para decisões de ordem política destinadas à redução da intervenção do Estado na área social e à restrição de direitos da classe trabalhadora.

“Aumenta a deterioração das condições de vida das classes subalternas e reduzem as ações do Estado para o atendimento das crescentes demandas sociais. É nesta encruzilhada que se encontra a e o assistente social. O Estado como maior empregador, de forma direta e indireta, das e dos assistentes sociais, ao reduzir sua intervenção na área social, afeta as condições de trabalho dessas e desses profissionais. Este cenário, aliado à ampliação da formação profissional pouco qualificada, reduz o salário da categoria e aumenta o recrutamento de profissionais não comprometidas e comprometidos com nosso projeto ético-político.”

Resistir e avançar

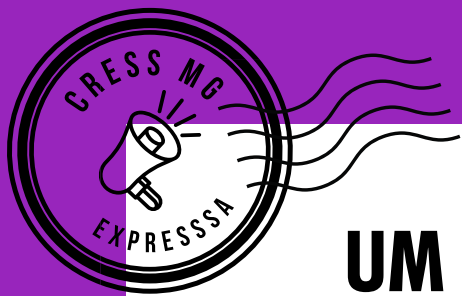
Quando o Código de Ética, em seu oitavo princípio fundamental, prevê a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”, para Rodrigo, se está demandando que a categoria atue resistindo e propondo ações de reforço da defesa da não exploração das chamadas “minorias”.

“Do ponto de vista da intervenção profissional, devemos enfrentar o desmonte do precário Estado Social que construímos. Esta luta também é disputada no interior de cada instituição, quando buscamos evitar o desmonte institucional de serviços e benefícios destinados ‘aos de baixo’. Por outro lado, no quadro de avanço do conservadorismo, a intervenção pedagógica da e do assistente social junto às usuárias e usuários, mostra-se fundamental, além, obviamente, de uma profunda intervenção que busque fortalecer os movimentos e organizações da sociedade que compartilham da luta pela ampliação de direitos”, destaca.

De acordo com o professor, o caminho a ser percorrido para a materialização de uma sociedade sem exploração encontra-se, do ponto de vista imediato da intervenção profissional da e do assistente social, no espaço da expansão, aprofundamento e realização de direitos individuais, políticos e sociais. No entanto, observa, esta intervenção deve estar orientada por uma perspectiva de superação da ordem do capital.

“Anossa intervenção no campo dos direitos deve estabelecer conexões com ações de movimentos da sociedade que tenham como objetivo a construção de uma ordem societária sem exploração, dominação e opressão. Aqui se encontra a relevância e a necessidade do fortalecimento de nossa intervenção junto aos movimentos sociais, comprometidos com a expansão de direitos, mas, sobretudo, com quem pretenda uma nova ordem societal”, esclarece.

Agir com criatividade e de forma consequente são outros aspectos essenciais para a atuação profissional nesse cenário, que, como aponta Rodrigo, exige a necessidade da intervenção pedagógica junto à população usuária, já que este é um campo fundamental de disputa ideológica.



UM ANO DE LUTAS E POR UM CRESS-MG QUE QUEREMOS!

A Gestão Lutar, Resistir e Sonhar (2017-2020), empossada em maio deste ano, tem lidado com diversos desafios conjunturais e na condução do projeto ideopolítico da profissão. Tais desafios têm nos impulsionado e nos dado a força necessária para, enquanto classe trabalhadora, imprimir ao Serviço Social mineiro a rebeldia como expressão marcante da profissão desde a reconceitualização nas bases curriculares da formação, ocorrida em Belo Horizonte, na década de 1980.

Minas Gerais tem uma importante trajetória na construção do Serviço Social, expressa no âmbito do trabalho e da formação profissional, na defesa pelos direitos humanos, na aproximação com os movimentos sociais e na incansável busca pela crítica ao conservadorismo ainda presente no campo de atuação profissional, bem como na luta pela aproximação entre direitos sociais e políticas públicas ou mesmo na luta contra a precarização da educação e das condições de trabalho.

Isso prova que não devemos temer, pois, apesar das ações já adotadas pela atual gestão, rumo ao CRESS-MG que queremos, ainda há muito que fazer. E a Sede, em conjunto com as Seccionais de Juiz de Fora, Montes Claros e Uberlândia têm trabalhado nisso. A interiorização das ações, cujo objetivo é aproximar a categoria do Conselho e dos debates do Conjunto CFESS-CRESS, tem se intensificado com o apoio dos Núcleos de Assistentes Sociais (NAS). Este ano, alguns NAS foram criados outros se rearticularam, possibilitando o fortalecimento das e dos profissionais em diferentes partes do estado. Além disso, a interiorização tem se dado por meio da realização de eventos em locais pouco usuais e através da transmissão ao vivo de outros tantos, possibilitando o acesso de milhares de pessoas às nossas pautas.

A transparência das ações da gestão financeira do Conselho é outro ponto proposto pela atual gestão e que tem se dado por meio da criação do novo Portal da Transparência, que traz o detalhamento de cada dotação orçamentária e como foi sua execução no período. A transparência também orienta as pautas das assembleias abertas à categoria e se dá, ainda, por meio de informativos enviados para as e os profissionais.

A integração entre as ações de combate à inadimplência, de orientação e fiscalização profissional e a possibilidade de estar mais perto da categoria nos municípios é outra uma importante marca da gestão. Incentivar e promover a função pedagógica da orientação e fiscalização e problematizar o cotidiano do fazer profissional é a garantia de que o Serviço Social mineiro estará mais apto e qualificado em oferecer respostas frente aos desafios postos.

Nestes últimos meses, fomos um dos conselhos profissionais que mais se integrou às lutas contra o desmonte nos direitos sociais: denunciemos o golpe trazido pela (contra)reforma trabalhista, pela proposta de (contra)reforma da previdência, pelos desmontes propostos na Saúde, na Assistência Social e na Educação. Ao garantir melhor funcionamento e integração entre suas comissões (Direitos Humanos, Educação, Formação Profissional, Políticas Públicas e Saúde), a gestão promoveu discussões de diversas temáticas, tais como o exercício profissional nas maternidades, o papel das e dos assistentes sociais enquanto participantes das conferências em 2017, a atuação profissional frente ao cenário de crise e conservadorismo, o exercício da ética, o trabalho com famílias, dentre várias outras.

A valorização da produção de conhecimento e reflexões sobre o fazer profissional esteve presente em cada edição do Boletim Bimestral Conexões Geraes e na Revista Conexão Geraes de 2017, lançada em dezembro, abordando os desmontes das políticas públicas no país.

Ainda há muito que se fazer, porém, defendemos que a construção do CRESS que queremos seja feita coletivamente, por toda a categoria e que se valorize o planejamento e a unidade do Conjunto CFESS-CRESS. Assim, convidamos a todas e todos os assistentes sociais a se integrarem aos NAS, às Comissões e a participarem das atividades propostas e, claro, ingressar na incansável luta contra o autoritarismo e toda forma de opressão.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA GARANTIA DE DIREITOS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Uma a cada quatro pessoas, no Brasil, é portadora de algum tipo de deficiência. Ainda assim, o trato com esse público, tanto a nível cultural, como de políticas públicas ainda é insuficiente para que ele possa se sentir incluído e ter acesso aos mesmos direitos que o restante da população. Visto que muitos dos nossos pré-conceitos vêm do fato de ignorarmos realidades diferentes as nossas, a convivência com pessoas com deficiência seria uma importante ferramenta para desenvolver a empatia e, consequentemente, dar visibilidade as suas demandas, e essa convivência deve começar desde cedo.

Para a educadora Flávia Ianni, licenciada em Desenho e Plástica, pós-graduada em Gestão Educacional e com especialização em Práticas Educativas em Inclusão, a escola é um importante espaço de inclusão para crianças e jovens com deficiência, além de ser um ambiente propício para que as e os demais estudantes possam desenvolver o respeito ao diferente. Com 20 anos de experiência na área e tendo atuado na implantação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), no município de Contagem, ela acredita que se aprende mais com as diferenças do que estando com seus pares.

“Quando segregamos as pessoas com deficiência, seja física ou intelectual, vários direitos lhes são negados. Um bebê, por exemplo, vai aprender a engatinhar vendo outras e outros bebês fazendo o mesmo. Já uma criança com dificuldades para se comunicar, vai se desenvolver mais interagindo com outras crianças sem deficiência do que se estivesse apenas com quem tem a mesma limitação.”

O estímulo que surge com o convívio social deve ser combinado, claro, com um atendimento especializado. Flávia conta que em Contagem, por exemplo, as alunas e alunos com deficiência frequentam a escola regular, e, no contraturno, participam de aulas com recursos pedagógicos e tecnológicos próprios para contribuir com o desenvolvimento de cada um, de acordo com suas necessidades. Nesse sentido, as professoras e professores da escola regular também devem ser capacitados para lidar com as e os estudantes especiais.

“O despreparo da sociedade para com as deficiências, muitas vezes se reflete na sala de aula. Há resistência de algumas educadoras e educadores em receber essas e esses estudantes, mesmo sendo um direito garantido por lei. Por isso, existem estagiárias e estagiários de educação para

acompanhar as professoras e professores em sala de aula, mas, é fundamental que a criança com deficiência se sinta acolhida de forma geral. Como dizia Paulo Freire, o ensino é coletivo, mas a aprendizagem é individual.”

Se por um lado existe esse despreparo de quem educa, por outro, muitas mães e pais são resistentes em colocar suas crianças com deficiência em uma escola regular, temendo que elas sejam excluídas, segregadas ou sofram bullying. Mas, como lembra Flávia, este convívio é benéfico para os dois lados, ninguém nasce sabendo lidar com o diferente, mas, é possível e necessário aprender.

“QUANDO SEGREGAMOS AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, SEJA FÍSICA OU INTELECTUAL, VÁRIOS DIREITOS LHE SÃO NEGADOS.”

“É preciso ter o olhar de respeito e de tolerância com o outro, até porque um dia todas e todos nós, em algum momento, também teremos nossas limitações. Por isso, é preciso aprender a conviver com as diferenças e saber respeitar e ter paciência com o tempo de cada um”, observa.

A experiência adquirida após anos no trato com pessoas com deficiência mostrou à educadora que, enquanto cidadãs e cidadãos, precisamos ser empáticas e empáticos para, junto com quem tem alguma deficiência, demandar ao poder público políticas que garantam maior acessibilidade e oportunidades para essa população. Além disso, ela defende que o investimento em educação inclusiva reflete na proposição de políticas públicas para as pessoas com deficiência.

“Todos os lugares devem ser acessados por todas e todos. Muitas vezes, por não conviver com quem tem deficiência, nos acomodamos a não buscar saber mais sobre o tema e pensamos que não é problema nosso. Mas os direitos estão para todas e todos nós”, observa Flávia, que acredita que o maior desafio é romper a barreira atitudinal, sendo essencial entender que somos seres únicos e cada um aprende de um jeito e tem diferentes necessidades.



COFI Responde

MULTA POR DESCUMPRIR A LEI 8.662/93

1) Quais infrações à Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão de assistente social, são passíveis de multa?

O exercício de qualquer função, tarefa, atividade de atribuição privativa da e do assistente social ou a utilização da designação profissional “assistente social” sem a inscrição no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) competente, caracteriza-se infração ao exigido no artigo 2º e seu parágrafo único e ao artigo 3º da Lei 8.662/1993.

A infração abrange, inclusive, as e os bacharéis em Serviço Social que exercem a profissão sem o registro no CRESS competente ou após terem requerido o cancelamento de sua inscrição.

São também infrações à Lei 8.662/1993, dentre outras:

A autorização ou permissão, tácita ou expressa, de realização de estágio sem supervisão direta, por pessoa jurídica do direito público ou privada e a utilização da expressão “Serviço Social” por qualquer pessoa de direito público ou privado que não desenvolva as atividades previstas nos artigos 4º e 5º (Competências e Atribuições Privativas) da Lei 8.662/1993.

2) O que prevê a Resolução CFESS 590/2010?

A Resolução CFESS 590/2010 está amparada pelo Artigo 16º da Lei 8.662/1993, que prevê as penalidades às infratoras e infratores da Lei 8.662/93. Dentre as penalidades está a multa. É essa Resolução que regulamenta o procedimento de aplicação da multa. Vale enfatizar que o pagamento de multa não causa prejuízo às demais penalidades cabíveis.

3) Caso eu seja multada/multado, como faço para recorrer?

Caso a ou o profissional seja multado, terá um prazo de 30 dias corridos a partir do recebimento da notificação para pagar a multa ou apresentar solicitação de impugnação. Quando é apresentada a impugnação, esta é analisada pela Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi) do CRESS-MG, que emite um parecer e o encaminha ao Conselho Pleno para análise e deliberação final.

Se a impugnação for deliberada como procedente, a ou o profissional é comunicado, via Ofício, do acatamento da impugnação, sendo anulada a multa e o processo administrativo finalizado e arquivado. Mas, se a impugnação for deliberada como improcedente, a infratora ou infrator é notificado da decisão e terá 30 dias, a partir do recebimento da notificação, para apresentar, caso queira, recurso ao CFESS.

Se não houver o pedido de impugnação, seguem-se os procedimentos para cobrança da multa.

4) Qual o valor da multa?

Conforme preconiza o Art. 2º da Resolução 590, sendo comprovada a prática da infração prevista pelo artigo 1º “caput” e parágrafo único, a infratora ou infrator ficará sujeito ao pagamento de multa, sem prejuízo das medidas administrativas, criminais e cíveis cabíveis, de acordo com a anuidade praticada pelo CRESS competente e em conformidade com os dados abaixo:

- I - Até 6 (seis) mesesuma anuidade vigente;*
- II - Superior a seis meses até um ano.....duas anuidades vigentes;*
- III - Superior a um ano até dois anos.....três anuidades vigentes;*
- IV - Superior a dois anos até três anos....quatro anuidades vigentes;*
- V - Superior a três anos até cinco anos.....cinco anuidades vigentes.*

Parágrafo Primeiro: Para efeito do cálculo da multa, esta passa a ser contada a partir da data do início do exercício sem inscrição no CRESS.

Parágrafo Segundo: Provada a participação ativa ou convivência de empresas, entidades, instituições, firmas e outros nas infrações aos dispositivos do artigo 1º “caput” e parágrafo primeiro, serão estas, também, passíveis de multas, na mesma proporção estabelecida pelo presente artigo.

5) Apenas a ou o assistente social pode ser multada ou multado?

Não. Provada a participação ativa ou convivência de empresas, entidades, instituições, firmas e outros nas infrações previstas, serão também, passíveis de aplicação de multas.

6) O que ocorre em caso de não pagamento da multa?

O não pagamento da multa acarretará em inscrição do débito do/a infrator/a na Dívida Ativa da União e a cobrança por meio e executivo fiscal, perante a Justiça Federal competente.

COM MUITAS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO, SISTEMA PRISIONAL AINDA TEM DÉFICIT DE ASSISTENTES SOCIAIS

Com uma grande variedade de setores de atuação para a e o assistente social, o Sistema Prisional é amplo e complexo e, embora a demanda seja alta, ainda há um número bem aquém dessas e desses profissionais. Em 2016, Minas Gerais já contava com uma população carcerária superior a 61 mil presos e aproximadamente 250 assistentes sociais. O desconhecimento do que é o Serviço Social é uma das causas desse baixo índice da categoria nesse espaço, como explica Anna Luiza Bloise, assistente social, especializada em intervenção psicossocial no contexto das políticas públicas e atuando desde 2015 no Sistema Prisional mineiro.

“Quando cheguei a esse espaço sócio-ocupacional, tudo o que compreendia o assunto ‘família’ e ‘contatos telefônicos’ era encaminhado para o Serviço Social. Aos poucos, após o ingresso das novas e novos profissionais com o concurso de 2013, estamos tentando definir melhor nossas funções dentro das Unidades Prisionais. Em muitas delas, a e o assistente social ainda é quem fica responsável pelo Núcleo de Assistência Religiosa. Mas, com a união e o apoio mútuo entre a gente, isso vem diminuindo.”

Atuando no Presídio Feminino José Abranches Gonçalves (PFJAG), em Ribeirão das Neves, Anna Luiza compartilha experiências com assistentes sociais de outros setores do Sistema Prisional e ressalta que, nessa área de atuação, o Serviço Social vem com o intuito de proporcionar às pessoas em privação de liberdade os direitos sociais previstos na Constituição Federal e na Lei de Execução Penal.

“Há muitos modelos que compõem o Sistema, mas, no meu caso, atuamos com as mulheres em situação de privação de liberdade desde o momento da acolhida até quando elas se desligam da Unidade Prisional, auxiliando inclusive nas atividades de lazer promovidas pela Unidade e orientando no processo de egresso à sociedade”, pontua.

Em seu trabalho, a assistente social tem atribuições que vão desde o preenchimento do Prontuário Geral Padronizado de Saúde (PGPS), que a pessoa em privação de liberdade deve fazer ao entrar na Unidade Prisional, ao amparo familiar, caso seja preciso. Outra tarefa também é a participação das Comissões Disciplinares (CD), com foco na humanização e responsabilização acerca de comportamentos das mulheres em privação de liberdade que não condizem com as regras

da Unidade Prisional.

“É importante ressaltar que o Serviço Social no PFJAG atua no fortalecimento e reestabelecimento dos vínculos familiares por meio de contatos telefônicos e garantia de visitação social e assistida, quando necessário, uma vez que percebemos muitas histórias de vida nas ruas e com vínculos familiares fragilizados e até mesmo rompidos. Tal eixo de atuação é fundamental para o processo de ressocialização dessas mulheres, uma vez que as famílias as auxiliarão quando elas saírem em liberdade”, esclarece.

Entre os principais desafios da atuação nesse espaço sócio-ocupacional, a assistente social aponta que, além da superlotação dos presídios e de sua precariedade estrutural, há um embate diário entre quem defende ações de caráter educativo que têm influência, inclusive, do projeto ético-político do Serviço Social e quem prefere o caminho do punitivismo. “Nós do atendimento, da área técnica, visamos garantir o acesso da pessoa em privação de liberdade aos seus direitos sociais e civis, enquanto que as equipes de segurança seguem uma lógica de punição”, comenta.

Há ainda, o trabalho em rede, no qual são realizados inú-



meros contatos com os Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), visando à reintegração da vida familiar e comunitária. Com tanto a ser realizado e tão poucas e poucos profissionais, Anna Luiza acredita que é preciso proatividade e capacidade criadora.

“Dessa forma, com bastante criatividade, empenho e dedicação, nós, assistentes sociais do Sistema Prisional contribuimos para o processo de ressocialização das presas e presos, promovendo o acesso aos direitos sociais, favorecendo o processo de fortalecimento e restabelecimento dos vínculos familiares e comunitários”, afirma.

Por uma sociedade sem prisões

O Conjunto CFESS-CRESS defende, baseado no Código de Ética da e do Assistente Social, o abolicionismo penal e uma sociedade sem prisões, defesa que deve nortear a atuação profissional nos setores afins.

Em 2016, o Conselho Federal divulgou uma nota técnica sobre o tema, visando contribuir para reflexões no âmbito da categoria profissional no sentido do aprofundamento da defesa intransigente dos direitos humanos, da não discriminação de diversas naturezas e tendo a liberdade como valor ético central expresso no projeto ético-político profissional.

[Confira aqui](#), este documento, e [relembre a entrevista](#) realizada pelo CRESS-MG, a um dos autores da nota técnica, Fábio Simas, sobre o assunto.

Entenda a estrutura do Sistema Prisional

Em Minas Gerais, existem vários modelos que compõem o Sistema Prisional e que demandam a atuação das e dos assistentes sociais, tais como os Centros de Remanejamento do Sistema Prisional (Ceresp), porta de entrada do Sistema Prisional, os presídios, que lidam com pessoas em privação de liberdade provisória, as penitenciárias, que atuam com quem já foi sentenciado, os Centros de Referência das Gestantes Privadas de Liberdade, que recebem gestantes e nutrizes com seus bebês de até um ano de idade, os Centros de Apoio Médico e Pericial e Hospital Judiciário Psiquiátrico que recebem pessoas em privação de liberdade com diagnóstico de Saúde Mental e com medidas de proteção em decorrência desse quadro. Há, ainda, os presídios/penitenciárias com público masculino, feminino, misto e LGBT, sendo necessário que a e o profissional de Serviço Social se adapte às diferentes demandas trazidas por este diversificado público.

BOLETIM BIMESTRAL CONEXÕES GERAES

Realização: Comissão de Comunicação
Projeto gráfico e diagramação: Dayane Reis
Redação: Marcela Viana (17.386 MG)
Assessora de Comunicação: Dayane Reis
Assessora Adjunta de Comunicação: Marcela Viana
comunicacao@cress-mg.org.br



GESTÃO LUTAR, RESISTIR E SONHAR: NOVOS TEMPOS PARA O CRESS QUE QUEREMOS